

Projeto *Halal* em Odivelas: Políticas públicas de inclusão social e integração educativa através da alimentação para a comunidade muçulmana local

Pedro da Silva Alves
(CRIA – Iscte)





CRIA

WORKING PAPER 25

**PROJETO *HALAL* EM ODIVELAS: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO
SOCIAL E INTEGRAÇÃO EDUCATIVA ATRAVÉS DA ALIMENTAÇÃO PARA
A COMUNIDADE MUÇULMANA LOCAL**

Pedro da Silva Alves

CRIA-Iscte

pedrodasilvaalves@gmail.com

Dezembro de 2024

Resumo

O foco do presente artigo é a análise do impacto sociocultural e educativo estabelecido pelo Projeto *Halal* da Câmara Municipal de Odivelas que, envolvendo a comunidade muçulmana odivelense, implementou, de forma inédita, pequenos-almoços, almoços e lanches *halal* em toda a sua rede escolar pública. Procurando balizar e determinar os benefícios socioculturais e educativos da presente política pública nos alunos visados e nas suas famílias, levou-se a cabo trabalho de campo etnográfico de média duração. A investigação antropológica desse trabalho resultou em reuniões com a Câmara Municipal de Odivelas, com o Instituto *Halal* de Portugal, a visitas participativas a estabelecimentos escolares e a entrevistas informais com as famílias dos alunos abrangidos, bem com a donos de talhos locais *halal*. A reflexão analítica aqui presente mostra-se relevante para a discussão antropológica sobre a alimentação *Halal* em Portugal, contrariando os escassos estudos antropológicos existentes sobre si, tendo como ponto central a alimentação para trabalhar questões identitárias, religiosas e sociais.

Palavras-chave: *halal*, alimentação, comunidade muçulmana, inclusão, educação

Abstract

The focus of this article is the analysis of the sociocultural and educational impact established by the *Halal* Project of the Municipality of Odivelas which, involving the muslim community of Odivelas, implemented, in an unprecedented way, *halal* breakfasts, lunches and snacks throughout its entire school network. public. Seeking to outline and determine the sociocultural and educational benefits of this public policy for the targeted students and their families, medium-term ethnographic fieldwork was carried out. The anthropological investigation of this work resulted in meetings with the Odivelas City Council, with the Halal Institute of Portugal, participatory visits to school establishments and informal interviews with the families of the students covered, as well as the owners of local *halal* butchers. The analytical reflection present here proves to be relevant for the anthropological discussion on *Halal* food in Portugal, contradicting the scarce existing anthropological studies on it, having food as its central point and starting from there to work on identity, religious and social issues.

Keywords: *halal*, food, muslim community, inclusion, education

Introdução

Com base na realização da minha dissertação de Mestrado em Antropologia, acompanhei o Projeto *Halal* da Câmara Municipal de Odivelas (CMO) durante o ano letivo 2022-2023 tendo, nesse período, realizado entrevistas formais e conversas informais junto de funcionários da câmara, membros e famílias da comunidade muçulmana local, técnicos do Instituto *Halal* de Portugal (IHP), elementos de *staff* escolar e vários donos de talhos e mercados *halal* do concelho. As informações recolhidas foram colocadas em prática (e muitas vezes questionadas e desafiadas) pelo trabalho de campo realizado junto das técnicas de educação da CMO no decorrer das visitas de monitorização de segurança alimentar às unidades escolares sinalizadas com dietas *halal*.

O concelho de Odivelas apresenta-se como um concelho multicultural que tem procurado satisfazer as necessidades sociais e culturais particulares das múltiplas comunidades étnicas e religiosas que dele fazem parte. Neste esforço, a sua Divisão de Educação (DE) tem acompanhado e apoiado, dentro da esfera escolar pública, a diversidade que se faz sentir nos seus alunos, vendo na ‘alimentação inclusiva’, o alicerce fundamental e indispensável para a integração, fixação e bem-estar escolar das crianças. Em 2012, a comunidade muçulmana local, junto com o IHP, realizou um pedido formal à câmara para a disponibilização de refeições *halal* para colmatar a falta de opções alimentares para os alunos muçulmanos¹. As condições económicas de múltiplas famílias muçulmanas não conseguiam acompanhar os elevados preços dos produtos *halal* impostos pelos escassos talhos/mercados existentes à época. Zamira (nome fictício), mãe muçulmana de 3 filhos que estão abrangidos pelo atual Projeto *Halal* que entrevistei, partilhou comigo o seu relato pessoal sobre a dualidade, paradoxal, mas coexistente, entre dinheiro e necessidades espirituais:

“A empregada que trabalhava para a minha avó era muçulmana e o seu filho também. Na altura não sabia, mas ela não tinha as condições financeiras suficientes para comprar carne *halal* para o seu filho e, portanto, ele só comia frango chegando mesmo, na falta deste, a consumir carne *haram*. Quando me apercebi do que se estava a passar não consegui aceitar que uma mãe muçulmana não pudesse manter

¹ Importa aqui salientar que a ementa geral escolar no concelho foi sempre sã adaptada para satisfazer e respeitar, ao máximo, as exigências alimentares mais diversas. Para este fim, existiam há já vários anos ementas sem carne/carne de porco, que alterando entre refeições de peixe e à base de vegetais procuravam oferecer uma dieta alternativa, saudável e nutritiva aos alunos. Estas alterações têm sido um reflexo direto do “eivar coletivo de consciência” a que temos assistido nas últimas décadas em relação aos cuidados alimentares, em específico, das dietas alimentares fornecidas em ambientes escolares.

uma alimentação *halal* para o seu próprio filho. Fiquei muito triste quando soube.... Enquanto muçulmana, aliás, enquanto ser humano, senti-me na obrigação de ajudar a empregada da minha avó e o seu filho. É triste que as questões económicas se sobreponham às questões espirituais, mas, infelizmente, elas têm esse poder...” (Zamira)

O discurso de Zamira ajuda-nos a compreender como o fator económico das famílias muçulmanas em Odivelas pode condicionar a aquisição de alimentos *halal* (fator religioso). A dimensão alimentar, em (cor)relação com a religiosa desempenha um papel fundamental na construção da identidade entre os indivíduos e de como os mesmo se projetam a si próprios (Santos, 2006).

O projeto da CMO é, portanto, erigido para concretizar um direito da comunidade muçulmana local. Este permitiu a mais de uma centena de crianças muçulmanas no concelho, a partir do ano letivo de 2021/2022, dispor de uma alimentação *halal* escolar adequada e nutritiva.

Nos capítulos seguintes abordarei os conceitos fundamentais de *Halal/Haram*, centrais à compreensão do projeto da CMO; falarei sobre a comunidade muçulmana sob e para a qual esta política teve lugar; realçarei os benefícios (sociais, educativos e religiosos) trazidos por si à comunidade; darei a conhecer o *modos operandi* da implementação do processo, analisando os seus processos práticos e logísticos na rede escolar pública do concelho; abordarei a dualidade de consumo *halal* entre clientes muçulmanos e não-muçulmanos. Concluirei o artigo destacando a importância analítica da política pública do Projeto *Halal* de Odivelas, bem como a potencialidade do mesmo na forma de integração (educativa, sociocultural e religiosa), na expressão identitária (de cariz nacional e/ou religioso) e no (re)conhecimento das vozes dos membros da comunidade muçulmana local.

Comunidade muçulmana odivelense: história e representatividade

A comunidade muçulmana esta presente no concelho de Odivelas desde 1979² e tem desempenhado um papel ativo e marcante nas suas políticas públicas sociais (financiando ou construindo infraestruturas públicas) e religiosas (divulgando e promovendo os valores do Islão junto da população local). Contudo, apesar desta presença duradoura, sempre se demonstrou difícil obter dados estatísticos que fossem viáveis e concisos sobre o número concreto de indivíduos muçulmanos que residiam em Portugal.

Na realidade de um mundo globalizado, encontramos-nos perante processos de imigração/emigração caracterizados pelo rápido fluxo dos movimentos migratórios (Avila, 2005). Na maioria dos países, incluindo Portugal, os meios de estatística que envolvem imigrantes; as campanhas políticas e os próprios censos, muitas vezes não documentam dados de afiliação religiosa o que torna, naturalmente, o apuramento exato destes números quase impossível. Os Censos de 2021 contabilizaram 36.480 indivíduos muçulmanos em Portugal, mas este número não reflete a totalidade da religiosidade ou a imigração indocumentada (Mendes, et al. 2023). No entanto, em 2023, segundo a World Population Review (WPR) – organização independente sem afiliações políticas – a totalidade de indivíduos muçulmanos em Portugal ascendia a 65 mil indivíduos (representando 0,4% da população residente do nosso país). Esta discrepância de números pode ser explicada pelos fatores que mencionei anteriormente. As comunidades muçulmanas oriundas de Moçambique (com ascendência indiana) e de Guiné-Bissau (com ascendência africana) constituíram-se, desde a década de 50 até à atualidade, como as duas maiores comunidades muçulmanas existentes em Portugal (Vakil, 2004; Tiesler, 2002 e 2005).

A respeito da dimensão demográfica, étnica e geográfica da comunidade muçulmana em Odivelas, deve-se olhar para o estudo realizado em 2023 no âmbito do Plano Municipal de Integração dos Migrantes (PMIM)³:

² O ano de 1979 marca a data em que se instala em Odivelas a primeira família muçulmana. A 17 de Agosto de 1983 lança-se a primeira pedra da construção da Mesquita *Aisha Siddika* (completada a 29 de Março de 1985) que ocupa, desde então, um lugar de referência para a comunidade muçulmana local.

³ O estudo realizado no âmbito do PMIM integra-se no projeto “Cartas das Religiões de Odivelas” tendo sido elaborado pela área de conhecimento da Ciência das Religiões da Universidade Lusófona com o objetivo de expor aquilo que são as principais características da comunidade muçulmana de Odivelas.

“Os censos de 2011 apontavam para 1769 muçulmanos (valor que corresponde a 63,80% na freguesia e a 12,45% do total de muçulmanos residentes da AML). Dos dezoito municípios que fazem parte desta região, apenas Lisboa, Sintra e Amadora apresentam valores mais elevados (3091, 2889 e 1811, respetivamente). Atualmente, atendendo aos valores resultantes dos censos de 2011 e 2021 e dos cerca de 65 mil muçulmanos que viveram em Portugal (2023), poderemos calcular à proporção os muçulmanos que residiram em Odivelas e, com uma pequena margem de erro, podemos assumir que no concelho residam entre 5500 a 6000 muçulmanos (isto já contando com imigrantes legais). Estes números implicam uma certa distribuição geográfica e urbanística que esta em evidência pelas quatro mesquitas localizadas em Odivelas. Destas quatro, três delas localizam-se no centro da freguesia de Odivelas: Aisha Siddika, Centro Cultural Colinas do Cruzeiro e Darul Uloom.” (MENDES et al. 2023: 209)

Sobre a participação ativa da comunidade muçulmana odivelense nas políticas práticas do concelho e a sua diversidade étnico-cultural acrescenta-se ainda que:

“A comunidade realiza atividades culturais e religiosas para divulgação do islamismo, conta com o apoio de aproximadamente 100 voluntários e, em alguns casos, do Centro Cultural das Colinas do Cruzeiro. Promovem estudos de textos islâmicos e entregas de artigos de necessidade básica mensalmente para os membros carenciados e os mais pobres. (...) Atualmente, as nacionalidades em maior número entre os membros são: paquistanesa, bangladeshiana, indiana, portuguesa e guineense.” (MENDES et al. 2023: 211)

Os esforços da comunidade muçulmana em fazer parte da vida social e cultural do concelho são perceptíveis pelo empenho colocado pelos seus membros à realização das atividades promovidas pela câmara de Odivelas. As relações de amizade e altruísmo que mantêm com a câmara e com a população local são evidentes, tendo sido um dos pilares fundamentais para a concretização do Projeto *Halal*. No que diz respeito à diversidade étnico-nacional: além da indiana, portuguesa e guineense, a presença de outras nacionalidades, tais como a paquistanesa⁴ e bangladeshiana⁵, têm-se começado a sentir em Odivelas na última década (Mendes et al., 2023). A afirmação desta “nova presença muçulmana” em território português (Vilaça, 2013) é explicada através das palavras do Dr. Tayob, membro integrante da administração da comunidade muçulmana odivelense:

⁴ Para saber mais sobre a presença paquistanesa em Portugal, ver a obra de Paulo Oliveira e Daniela Silva (2011): *Integração da Imigração Paquistanesa em Portugal*.

⁵ Para saber mais sobre os processos de migração entre Bangladesh e Portugal e sobre a presença bangladeshiana em Lisboa, consultar as obras de José Mapril: *“Making a “Bangladeshi diaspora”: Migration, group formation and emplacement between Portugal and Bangladesh”* (2021) e *“«Bangla masjid»: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa”* (2005).

“Até à entrada de Portugal no Espaço Schengen em 1995 a comunidade muçulmana era composta, essencialmente, por indivíduos que haviam vindo durante ou após o Estado Novo das colónias ultramarinas – Guiné-Bissau e Moçambique – e que, já familiarizados com a língua portuguesa e os costumes do país, se integraram facilmente na sociedade portuguesa assim constituindo a 1^o geração de imigrantes muçulmanos que viriam a ascender rapidamente. Após 1995, Portugal assistiu à chegada de comunidades muçulmanas vindas de outros países – caso do Paquistão, do Bangladesh e da Índia – que, forçados a imigrar por questões económicas; bélicas; documentais ou outras, encontraram nas comunidades muçulmanas portuguesas (e nas suas mesquitas) um “espaço seguro” para se refugiarem (terrena e espiritualmente) e aí se fixarem com as suas famílias.” (Dr. Tayob)

A referência constante das mesquitas, tanto na descrição do PMIM como no discurso do Dr. Tayob, é importante para compreender as preocupações e prioridades emergentes dos indivíduos muçulmanos quando imigram. A preocupação em instalar-se numa localidade onde exista uma mesquita (fator religioso) permite-lhe cumprir as suas obrigações religiosas e praticar as suas crenças. A integração social é realizada através da mesma enquanto espaço comunitário de acolhimento, possibilitando a criação de redes de contacto com outros membros da comunidade muçulmana local, onde a religião e a cultura são fatores associativos predominantes. A existência de restauração *halal* (fator alimentar) que assegura o devido cumprimento da dieta *halal* e é igualmente um fator de fixação.

O concelho de Odivelas, na sua multiculturalidade, reúne estes pontos mencionados anteriormente, aos quais se acrescenta o Projeto *Halal*, fazendo de si o local ideal para a fixação de muçulmanos.

Halal e Haram: binómios de um estilo de vida (alimentar)

O conceito *Halal* simboliza o que é “permitido” e “lícito” conforme as doutrinas encontradas no Alcorão – livro sagrado do Islão – que foram divulgadas pelos *Hadith* (os discípulos) do Profeta Muhammad. Encontramos o seu contraste no conceito de *Haram*, que, por sua vez, simboliza o “proibido” e o “ilícito”.

Deparamo-nos com conceitos dinâmicos e flexíveis, indo além do espectro alimentar e religioso – muitas vezes pensados como as únicas dimensões existentes por não-muçulmanos – podendo ser aplicáveis a dimensões ao espectro farmacêutico (Herdiana

et al., 2024) ou, inclusive, político (Mhomed, 2008). O binómio *Halal/Haram* constitui-se como um pilar (religioso) fundamental que orienta a forma de viver islâmica, na qual os seus indivíduos crentes manifestam as suas crenças e valores, influenciando as suas decisões quotidianas (Keshavjee, 2008). Na perspetiva islâmica, o seguimento de um estilo de vida *Halal* permite a quem o faça (muçulmano ou não-muçulmano) atingir o objetivo máximo de nobreza e pureza corporal, manifestando uma transcendência espiritual da “simples” condição humana no Além e, no tempo vivido na Terra, a possibilidade de proporcionar ao corpo um bem-estar e saúde invejável. A procura de um estilo de vida *Halal* é mais notória e impactante na sua expressão alimentar e religiosa. Focar-me-ei na primeira. Ao vermos as restrições que delimitam o que deve ou não ser consumido, somos capazes de compreender as diretrizes que guiam a busca da pureza corporal e transcendência espiritual através da comida.

No que diz respeito à alimentação, a carne é considerada *halal* quando segue as leis islâmicas (*Sharia*) de abate. Este deve ser realizado por um indivíduo muçulmano que, em capacidades físicas e mentais, mate rapidamente e sem dor o animal pretendido por via de degola (cortando a traqueia, o esôfago e a veia jugular), utilizando equipamentos específicos para o ato e proferindo a frase: “Em nome de *Allah*, o Beneficente e Misericordioso”, imediatamente antes do abate. Por outro lado, a carne será considerada *Haram* quando proveniente de animais mortos (*Maytah*) de causas naturais ou outras (uso de drogas por exemplo); carne de porco⁶ (*Khinzir*), isto porque no Islão o Profeta considera o animal como imundo por natureza (visto ser um animal omnívoro); toda a carne que seja sacrificada em nome de alguém que não seja o próprio *Allah* e álcool, visto que o seu consumo intoxica (*khamr*) e corrompe o ser humano, alterando o seu estado de consciência.

A socialização, através da alimentação (*halal*), é (re)produzida no simples ato de comer, na partilha de comida com outros (fenómeno de comensalidade), adquirindo um importante poder prático e simbólico – estruturante das dimensões socioculturais de uma sociedade/comunidade – que permite ao antropólogo que a elas se dedique estudar,

⁶ Destaque para o artigo de Leela Riesz (2018) onde a autora se debate sobre a solução que os restauradores muçulmanos em Espanha encontraram para ultrapassar o obstáculo do consumo de carne de porco (e presunto), um dos alimentos preferidos no país, assimilando os famosos “tapas” espanhóis a uma dieta *halal* de modo a atrair clientes locais e clientes muçulmanos.

entender as formas como as pessoas se relacionam e conectam entre si através da comida. As palavras de Sidney Mintz sobre o ato de comer fundamentam esta argumentação:

“...para cada individuo representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio dos nossos atos. Assim, é também a base para nos relacionarmos com a realidade. A comida “entra” em cada ser humano...e pode, portanto, carregar consigo uma espécie de carga moral. Nossos corpos podem ser considerados o resultado, o produto, de nosso caráter que, por sua vez, é revelado pela maneira como comemos.” (2001: 32)

Durante a investigação do Projeto *Halal* da CMO procurei enquadrar a alimentação *halal* como um quadro analítico que projetava, no cotidiano da comunidade muçulmana local, um conjunto de valores e crenças específicas sobre a sua identidade cultural e religiosa (Wilkins, 2019). Tornava-se indispensável ir além da implementação da alimentação *halal* nas escolas, sendo central focar-me nas vozes muçulmanas que agora estavam mais ‘presentes’ nos discursos locais no concelho. Maria Canesqui, professora de ciências sociais aplicadas à medicina, e Rosa Garcia, professora de nutrição, defendem a potencialidade que o estudo etnográfico da Antropologia pode oferecer à Alimentação e à Nutrição:

“É esse estudo que permite compreender como devem ser os planejamentos dos programas nutricionais, pois eles têm incidências nas crenças e nos valores que estruturam as práticas alimentares, os quais são fundamentais para se compreender o fenômeno alimentar humano e porque estabelecem canais de comunicação entre os sistemas de pensamento diferentes.” (2005: 15)

O entendimento do empreendimento antropológico nestes domínios tem tido impacto em múltiplos países: veja-se o caso da Guatemala (Adams, 2010), México (Brown e Partridge, 1987) e Estados Unidos (Millard *et al.*, 2011). Nestes países, os planos nutricionais têm em conta os fatores socioculturais, religiosos e históricos particulares das comunidades locais. Com o objetivo de uma aproximação ‘humanística’ e ‘social’ à alimentação (Garine, 1979), as políticas e recomendações nutricionais encontram-se influenciadas pelas “culturas da nutrição”⁷ assumindo-se atualmente como categorias

⁷ Termo desenvolvido por Miguel Cuj, Lisa Grabinsky e Emily Yates-Doerr (2020) que coloca o centro das atenções nos valores culturais que originam as políticas nutricionais. Desta forma realça-se a influência dos primeiros na elaboração e concretização das segundas, não esquecendo a particularidade com as políticas de nutrição devem ser aplicadas, deixando assim para trás as crenças de que as mesmas poderiam ser aplicadas universalmente a qualquer sociedade/comunidade. Este conceito tem vindo aberto portas

alimentares particulares e adaptadas às especificidades das comunidades e dos seus membros.

É neste contexto de trabalho multidisciplinar que o Projeto *Halal* da CMO se insere. Além de encetar uma prática de política alimentar pública inovadora, fá-lo na influência das “culturas da nutrição” por ter sido desenhado e implementado tendo em atenção a especificidade cultural que envolve a alimentação *halal*. Isto traduz-se num marco na relação entre a comunidade muçulmana e a comunidade local, que sinaliza, capta e manifesta as simbologias (sociais, culturais e religiosas) que os seus membros atribuem à comida.

Impacto e benefícios do Projeto *Halal* na comunidade muçulmana local

O Projeto *Halal* é criado para satisfazer uma necessidade fundamental da comunidade muçulmana odivelense. Nas palavras do líder do Centro Cultural Islâmico das Colinas do Cruzeiro, Sheikh Zabir:

“O projeto da câmara foi um grande passo para nós, existe agora mais opções halal do que antigamente. Surgiu de uma necessidade de colmatar o crescimento da comunidade que, já não tendo lugar para colocar os seus filhos em escolas islâmicas, como as duas existentes na Amadora, viram-se “forçadas” a colocarem-nas em escolas normais. A necessidade fomentou-se nesse sentido.” (Sheikh Zabir)

O “resgate” da gastronomia *halal* e a sua implementação nas escolas demonstra-se necessário face às mudanças a que se vai assistindo no mundo contemporâneo da culinária e às contínuas perdas e substituições que se constata (Ana e Garcia, 2005). Trata-se, fundamentalmente, de um ato de preservação e solidariedade social e cultural (Calvo, 1982), na qual a Antropologia da Alimentação⁸ (materializada pelos agencialidade que envolve o projeto de Odivelas) desempenha um papel crucial:

para um articular e um diálogo cada vez mais profundo entre a Antropologia e a Nutrição, de forma à realização de estudos alimentares mais críticos e conscientes do ponto de vista sociocultural, religioso e histórico.

⁸ No final do séc.XX a Antropologia virou as suas atenções para as cozinhas do mundo e as práticas culinárias que o envolviam de uma nova forma. Impulsionada por este novo enquadramento nasceu a Antropologia da Alimentação que tinha como objetivo, o estudo das teias relacionais nas quais a comida e o próprio ato de comer estariam embebidos e seriam construídos/formados, bem como de toda a simbologia (fosse ela religiosa, identitária, de poder ou género) consigo carregada.

“As cozinhas não se resumem aos seus pratos e ingredientes emblemáticos ou específicos; a partir da leitura da comida como linguagem, assinala-se que a cozinha é capaz de comunicar as identidades de grupos sociais, étnicos e religiosos; das regiões e de seus habitantes ou da própria nacionalidade. Assim, o prato serve para nutrir o corpo, mas também sinaliza um pertencimento, servido como um código de reconhecimento social.” (ANA e GARCIA 2005: 3)

A política pública da Câmara Municipal de Odivelas estendeu-se, contudo, para além do fornecimento de refeições *halal* aos alunos muçulmanos do concelho. Em igual medida contribuiu para a sua integração na esfera escolar, tendo nestes refletido a identidade nacional, enquanto cidadãos portugueses, e dando-lhes, de igual modo, liberdade para puderem expressar a sua identidade religiosa no espaço escolar. Através da alimentação estabelecesse-se um elo de continuidade sentido de forma nostálgica pelas famílias muçulmanas provenientes de países islâmicos, que se encontra associado a um estilo de vida (alimentar) *Halal* vivido nesses países. Ivo (nome fictício), marroquino muçulmano imigrado em Portugal há mais de 20 anos e com 2 filhos abrangidos pelo projeto, comentou a iniciativa camarária:

“Acho uma boa iniciativa. Fiz questão que eles (os seus dois filhos) ingressassem o projeto. Eles sempre ‘tiveram sinalizados, de uma forma ou de outra, para não consumir certos alimentos; agora, com a ementa halal, é só preencher o documento de sinalização e está feito. Foi bom para eles, sentiram-se contentes. Houve uma receção positiva por parte dos meus filhos, eles gostam. O projeto, para mim, é uma forma de integração. Era preocupante não terem até este momento refeições halal como eu tive em Marrocos. Apoio o projeto não só como muçulmano, mas também como cidadão português...afinal de contas, os meus filhos também o são. É uma forma de integração social, cultural e também religiosa.” (Ivo)

Possuindo o aval positivo de múltiplas famílias muçulmanas, o projeto tem tido profundo impacto na vida dos alunos abrangidos. Este reforça e promove o diálogo intercultural, a liberdade religiosa, o entendimento mútuo e a curiosidade entre os alunos muçulmanos abrangidos e os alunos locais. A política pública de Odivelas abriu portas a um novo tipo de integração social e cultural assente na alimentação e as suas medidas não passaram despercebidas aos alunos envolvidos.

Francisco (nome fictício) de 14 anos, aluno muçulmano abrangido pelo projeto, falou do mesmo, realçando a flexibilidade dada pela sua escola aquando da sua necessidade de realizar as orações diárias⁹:

“Ele (o projeto) representa uma inclusão para 100% de nós, dos alunos muçulmanos que andamos nas escolas aqui de Odivelas. De igual forma é muito bom ver-se que a comunidade muçulmana é aqui tão grande que vês muitas pessoas com as vestes tipicamente muçulmanas na rua. As pessoas que estão cá sentem-se incluídas na vida social e política do concelho. Quando pões comida nas escolas estas a pensar nas pessoas que lá estão, isso é importante. As escolas aqui são sempre muito inclusivas. Dou-te um exemplo: o horário da escola não me permitia realizar a oração do final da tarde e para a fazer tinha que sair todos os dias 30 minutos mais cedo das aulas para o fazer e quando fiz esse pedido a escola aceitou sem nenhum problema. Outro exemplo: no mês do Ramadão, este último agora em abril, pedi durante esse período para não participar das aulas de educação física pois, como estava a fazer jejum, não tinha muitas forças e sentia-me cansado mais rapidamente e eles deixaram-me.”
(Francisco)

A identidade (seja ela nacional, cultural ou religiosa) é intrínseca à alimentação, sendo um fator que permeia todo o discurso envolvendo o projeto de Odivelas.

Neste contexto, a comensalidade ocupa um ponto fundamental, pois é a partir de si que a política pública de Odivelas explora e (re)negoceia a identidade nacional (e muçulmana) na esfera da escola pública. O projeto permite analisar a forma de inclusão (ou exclusão) experienciada pelos jovens nas escolas, refletindo a forma como estes condicionam (ou não) a negociação das suas próprias identidades através da alimentação (Santos, 2006). A continuidade do projeto da CMO constrói importantes laços de integração sociocultural e liberdade religiosa que se estabelecem entre as crianças muçulmanas e os seus colegas não-muçulmanos:

“Sim, o projeto facilita a elas a identidade islâmica através da alimentação halal, contudo ela passa mais pela educação que se dá em casa. Mas o projeto fez perceber que são muçulmanas e que agora são cidadãos da comunidade portuguesa. Isto aqui vai criar cidadãos... mais tarde, esta geração quando olhar para os seus tempos de escola vai dizer: “Eu naquela escola era um muçulmano, era um cidadão português igual a todos os outros, não era diferenciado por ser muçulmano”, e eu acho isso muito bom. Acaba por ser um direito, a comida é um direito. Aumenta a sua “portuguesidade”, com a sua costela marroquina obviamente.” (Ivo)

⁹ Tempo e nome das orações: 1^ª *Fajr* – realizada antes da aurora, ao início do dia; 2^ª *Zahr* – ao meio-dia, quando o sol/dia esta na sua plenitude; 3^ª *Assr* – quando o sol enfraquece; 4^ª *Magrib* – ao pôr-do-sol; 5^ª *Ishá* – quando o céu se encontra escuro.

A “educação que se dá em casa” retratada por Ivo é expressiva na forma como, desde tenra idade, as crianças muçulmanas crescem num meio cultural onde desenvolvem uma “consciência *Halal*” sobre o mundo que as rodeia (Mendes, 2002). Esta consciência é posteriormente expressa com maior visibilidade na alimentação e na atenção e cuidado demonstrado por várias crianças aquando lhes são servidas refeições. Com base na desconfiança da existência de contaminação cruzada¹⁰, ou de algum erro que possa ter sido cometido pelo *staff* escolar, chegam mesmo a recusar a refeição e a requisitar um novo prato. Vários episódios desta natureza foram-me relatados pelas técnicas da DE das suas próprias experiências de monitorização alimentar. Um episódio igual ao descrito sucedeu-se com a filha mais velha de Susana e Zé (nomes fictícios):

“A nossa filha é muito consciente sobre aquilo que deve comer ou não. Nós em casa explicamos-lhe o projeto da câmara e de como ele iria funcionar a partir deste momento. De facto, antes não havia esta opção (*halal*) e as crianças ou comiam refeições vegetarianas ou então faziam refeições de peixe, mas, chegavam a comer atum três vezes por semana. Não podia continuar assim. Felizmente agora é diferente. A nossa filha se vê algum alimento fora do sítio ou se percebe que algo não está certo e que existem riscos de contaminação cruzada, ela não come. Ela diz que não quer e pede outro prato que possa comer ou pede que lhe façam de novo a refeição. Ela é bastante consciente sobre o assunto e tenta, ao máximo das suas capacidades, seguir uma dieta *halal*.”
(Susana)

Ivo abordou semelhantemente este tópico tendo, contudo, invertendo a situação atual. Imaginando um cenário onde não teria existido o Projeto *Halal*, o meu interlocutor, dono de um talho *halal* em Odivelas, refletiu de forma interessante sobre as possíveis consequências sociais da sua não existência: na fomentação identitária (nacional e religiosa) e no desenvolvimento intelectual das crianças muçulmanas do concelho:

“A comida é um direito que nós (comunidade muçulmana odivelense) temos e se nos negassem esse direito isso poderia ter sérias complicações no nosso crescimento e senso identitário. Mentalmente, isto pode criar complexos porque vê, embora a criança tenha um bom conhecimento científico e um bom conhecimento escolar, a verdade é que no futuro, ao crescer, pode desenvolver ressentimento ao país onde está inserido por nunca se ter verdadeiramente integrado na sociedade: é português, mas não é português. Percebes? A alimentação *halal* permite contrariar isso. Veja-se no caso de França... têm uma comunidade enorme de muçulmanos, especialmente vindos de Marrocos, mas muitos deles não

¹⁰ Termo concebido a produtos *halal* que entram em contacto direto (através do toque) ou, inclusive, indireto (estando no mesmo espaço, ex: ser aquecida no mesmo micro-ondas), com produtos *haram*, tornando a primeira “contaminada” e “imprópria” para consumir.

são considerados franceses e vivem em ghettos... A alimentação faz parte da construção de um indivíduo enquanto cidadão. Os nomes dos meus filhos são diferentes, mas são portugueses, não deixam de o ser, são portugueses a 100%.” (Ivo)

A intervenção de Ivo associa a falta de alimentação *halal* a um mau desenvolvimento cognitivo e identitário por parte das crianças muçulmanas. Esta posição demonstrou-se um ponto de partida analítico interessante para refletir e considerar o projeto da CMO como uma prática pública alicerçada na cidadania e na educação. Não obstante, a alimentação *halal* ocupa um papel central sob o qual se pode pensar e analisar os elementos fundamentais da identidade de um muçulmano (Faruk, 2016).

A pluralidade sociocultural e religiosa dos habitantes de Odivelas sempre foram um foco central à agenda da câmara:

“Sim! De facto, temos de compreender que existe uma grande comunidade muçulmana aqui em Odivelas e isso não passou despercebido à Câmara. Através do seu projeto ganhou-se uma larga consciencialização não só sobre o halal mas também sobre a própria comunidade muçulmana residente que poderia, até então, não estar tão visível digamos assim. De facto, o que a câmara tem feito é de louvar e tem imenso valor.... Existem muçulmanos por todo o país que não têm esta sorte e por isso sinto-me agradecida por viver em Odivelas e pelo esforço que a câmara tem colocado neste projeto. (...) Vivemos num concelho preocupado com estas questões. Sinto-me abençoada. É tão bom.” (Zé)

O sentimento de pertença e agradecimento de Zé é igualmente partilhado por outros membros da comunidade muçulmana com os quais tive o privilégio de trabalhar. Ivo, Diogo (muçulmano dono de um talho *halal* em Odivelas) e Francisco, nos seus discursos de pertença e integração social, incorporaram a importância do projeto da câmara e da própria Mesquita *Aisha Siddika* como ponto referencial para a comunidade muçulmana local:

“A câmara preocupa-se genuinamente com a comunidade muçulmana aqui e isso têm-se evidenciado nos últimos anos. O projeto acaba por ser uma reflexão de boas práticas políticas: o menino muçulmano que nasceu aqui já é considerado português mesmo que tenha pais estrangeiros. Existe um crescimento gradual e contínuo da comunidade muçulmana em Odivelas e isso, obviamente, justificou o projeto que agora temos. O fator crucial é que ele tem ajudado as crianças muçulmanas e toda a comunidade islâmica local. O projeto está bem estudado e esta a ser bem feito, tenho confiança no seu processo, confiança nas pessoas envolvidas nele. O projeto pode ser um apelativo a outras comunidades muçulmanas para virem para cá residir. Quando vim para Odivelas procurei a mesquita Aisha Siddika, vim por isso e como sabes a mesquita conta muito para um muçulmano. A mesquita

tem mais valor que o individual, e o ambiente em que ela esta inserida, juntamente com coletivo muçulmano que a frequenta, contam muito.” (Ivo)

“Dou-te um exemplo: aqui há dias um senhor paquistanês veio ao meu talho a perguntar-me se lhe poderia arranjar casa para cá morar, diz-me que não se importa como era a casa desde que tivesse perto da mesquita onde poderia fazer as orações e diz-me também que queria colocar os seus filhos aqui na escola pois sabia que elas tinham tudo halal e que era seguro os filhos lá comerem. Como vês estas questões condicionam muito as escolhas das pessoas.” (Diogo)

“A curiosidade leva a menos ignorância e deve ser vista não como algo mau, mas sim como algo bom. A discriminação e a islamofobia para com os muçulmanos também vão diminuir, com o projeto as pessoas estão cada vez mais sensibilizadas e inteiradas da nossa presença e daquilo que é o nosso estilo de vida e aceitam-nos como somos. Isso é bom.” (Francisco)

Um dos benefícios mais expressivos que o projeto tem para as famílias muçulmanas prende-se com a fixação dos seus filhos nas escolas sob a garantia que os mesmos vão prosseguir, até mais tarde, os seus estudos.

Os dados fornecidos pelo DE mostram uma tendência acentuada de abandono escolar por parte dos alunos muçulmanos. As principais razões encontradas passam por: (1) saírem da escola para trabalhar junto das suas famílias (para pequenos/médios negócios familiares); (2) saírem por conta própria do sistema educativo por descrença no mesmo, começando precocemente a sua vida laboral e (3) saírem das escolas devido à mudança residencial do agregado familiar (um fenómeno frequente em Odivelas).

O projeto contraria esta tendência, contribuindo para a democratização da educação numa dimensão multicultural (Santos, 2008). A sua consolidação e sucesso tem vindo a aumentar a taxa de permanência escolar dos alunos muçulmanos tendo, simultaneamente, tornado Odivelas atrativo para estudar para famílias muçulmanas. Considerado um “ato de boa-fé” pelo Sheikh Zabir, a política pública de Odivelas reforça a ligação social profunda existente entre a comunidade muçulmana e a câmara municipal, realçando a forte vontade que a primeira tem de ficar no concelho e de deixar um legado vindouro de que as gerações futuras se possam orgulhar.

Implementação da dieta *halal* na rede escolar pública: praticidade e logística

Com base nas convenções acordadas entre a Câmara de Odivelas, o IHP e a comunidade muçulmana local, estabeleceram-se protocolos que determinaram a forma logística e prática como o Projeto *Halal* seria implementado. O texto que se segue descreve esse processo.

Contratou-se a empresa CLA-Catering Linhas Aéreas Lda¹¹, que, creditada e aprovada pelo IHP, confeccionaria as refeições *halal* em formato unidose ultracongeladas e transportaria as mesmas, a temperaturas negativas, com periodicidade quinzenal, para a EB. D.Dinis nº1. Com infraestruturas e equipamentos necessários para o armazenamento e acomodação de cerca de 150 refeições, sem risco de contaminação cruzada, esta escola foi selecionada pelos agentes envolvidos. Posteriormente assegurou-se os serviços da Gertal S.A.¹² que, atuando como intermediária, redistribuiria as refeições pelas demais unidades escolares sinalizadas com periodicidade semanalmente.

Uma vez acomodadas, as refeições são regeneradas a temperaturas aconselhadas pelo IHP em fornos e micro-ondas específicos para o efeito. Fornecidos pela CMO – como parte do investimento económico no projeto – estes equipamentos, aos quais se acrescem os termómetros singulares para a verificação da temperatura das unidoses *halal*, garantem a segurança microbiológica das refeições¹³. Por fim, após aquecimento, a refeição *halal* é servida aos alunos muçulmanos sinalizados em pratos de polietileno, devidamente identificados e acompanhados por uma sopa e uma peça de fruta. Os pequenos-almoços e lanches *halal* são fornecidos seguindo o mesmo conjunto de regras de segurança escolar/alimentar, tendo sempre por base os produtos aprovados pelo IHP.

Ao longo da investigação, acompanhei de forma participativa, interventiva e documentativa as técnicas de DE da CMO durante as suas visitas de monitorização alimentar. No terreno de campo, materializado pelas escolas, cantinas e cozinhas, observei os processos que explicitiei anteriormente. Nele encontrei diversas nuances às

¹¹ Empresa portuguesa criada em 1980, sediada atualmente no Porto, que com o molde inicial de fornecer refeições às companhias aéreas, após a pandemia COVID-19 expandiu os seus serviços de produção e distribuição logística a outras áreas de atuação.

¹² Empresa portuguesa criada em 1973, sediada em Lisboa, que se assume como líder de mercado na restauração, sendo especializada nos serviços logísticos de alimentação.

¹³ Salientar as inúmeras análises em laboratório realizadas pela Gertal S.A. e pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) neste sentido.

quais a política pública teve que se adaptar: escolas que não tinham as infraestruturas apropriadas para o acondicionamento seguro das refeições *halal*, vindo-se posteriormente a adaptar: reorganizando o seu espaço e logística interna; membros da cozinha que ainda não tinham obtido formação por parte da câmara e do IHP sobre o Islão: acerca dos seus valores e conceitos fundamentais, ou sobre a forma adequada de lidar com as refeições *halal*.

Começado em outubro de 2021 – com a implementação de pequenos-almoços e lanches *halal* – e dado o seu passo no ano seguinte, em Janeiro, – com a introdução de almoços *halal* – o projeto da CMO encontra-se consolidado. O ano letivo de 2022/2023 mostrou o seu potencial social e educativo tendo sido prova o número crescente de alunos sinalizados, bem como a adesão de cada vez mais escolas e a sua expansão – no ano letivo de 2023/2024 – ao concelho da Amadora. A confiança é a palavra-chave que define esta iniciativa, continuando a ser um sentimento partilhado pelas famílias muçulmanas abrangidas. Note-se o exemplo já mencionado Ivo, que, nos primeiros meses de implementação do projeto, se viu confrontado com diversas ‘falhas’ por parte dos funcionários escolares em fornecer a refeição (*halal*) correta ao seu filho:

“A confiança mantém-se, como te disse, é um projeto muito ambicioso e importante e na altura estava a dar os seus primeiros passos, era muita coisa para as quais prestar atenção e tomar conta ao mesmo tempo. Aprende-se com os erros. É uma emergência. Se o meu filho comesse não sabendo que era haram, não ficaria chateado com ele. Mas ele tinha a noção de que poderia ser então falou comigo, por diversas vezes até... isto demonstrou-me o seu carácter forte, a sua personalidade forte. Estou contente com isso tal como, de igual maneira, estou contente e feliz com o trabalho que a câmara tem realizado até agora. Passaram a colocar o nome e o número de aluno nos pratos para serem mais bem sinalizados. A formação dada aos funcionários também foi importante neste sentido. Eles pediram-me autorização para os técnicos da Gertal S.A. e as funcionárias da escola conhecerem o meu filho de maneira a ele estar melhor destacado e sinalizado e eu autorizei. Era uma forma de fornecer-lhe um melhor acompanhamento de forma a evitar que este tipo de situações se repetisse.” (Ivo)

Simbologia de consumo *halal*: consumidores muçulmanos e não-muçulmanos

Estudando a simbologia existente por detrás do consumo *halal*, procurou-se determinar o que motivava a sua aquisição por parte de consumidores muçulmanos e não-muçulmanos. Com esse objetivo em mente entrevistou-se vários donos de talhos e mercearias *halal* da zona de Odivelas. Para se compreender a finalidade deste capítulo é-se necessário, contudo, um rápido olhar histórico (e global) sobre o mercado *Halal* e os estudos que sobre ele se têm realizado.

O mercado *Halal* tem adquirindo largas proporções desde a década de 1970, vindo a acompanhar o crescimento constante e gradual da população muçulmana global (Azam e Adbullah, 2020). Esta constatação torna-se mais fundamentada se olharmos para os dados fornecidos pelo Pew Research Center¹⁴ (laboratório de ideias americano), que, na sua previsão 2010-2050 comparativa entre a população cristã e muçulmana, prevê que a última represente 29,7% da população mundial (2,76 mil milhões de pessoas) – quase tanta como a cristã. Acrescenta que, na Europa cerca de 10% da população será muçulmana, e que nos Estados Unidos, em 2050, existirão mais muçulmanos do que qualquer outra comunidade religiosa. Os presentes dados têm captado a atenção de diversos investigadores sociais, económicos religiosos, etc..., entre os quais se destacam os trabalhos de Izberk-Bilgin, Elif e Cheryl C. Nakata (2020). O aumento significativo do consumo de produtos *halal* em países não-muçulmanos (Jya e Chaozhu, 2021) tem alterado o panorama alimentar nos mesmos – desde a forma como se percebe a comida até questões de saúde alimentar e nutritiva que a envolvem – tendo como consequência uma transformação social profunda na forma como as comunidades nacionais encaram e se relacionam com as comunidades muçulmanas (Wilkins, 2019).

O principal motivo que leva os consumidores muçulmanos a consumir produtos *halal* prende-se com compromissos religiosos que projetam a sua identidade cultural:

“...this can be explained by the migrant population’s efforts to maintain their religious and cultural identities in a host country that encourages the availability of culturally appropriate foods promoting integration...For immigrant populations, especially among second and third generation Muslims, halal is tied to identity and familiarity.” (BAMIDELE e FILSON 2020: 5)

¹⁴ Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/religious-projections-2010-2050/>.

O consumo por não-muçulmanos, por sua vez, é principalmente motivado por razões de bem-estar, nutricionais, qualidade/segurança alimentar e questões ecológicas e éticas:

Halal is even becoming a symbol for quality, safety, hygiene, more humane and ecological production, and connected to a healthy lifestyle in both Muslim and non-Muslim circles. ... Halal awareness, halal certification, and perception of the halal brand have positive effects on the intention of non-Muslims to purchase halal foods. (BAMIDELE e FILSON 2020: 7)

O processo de abate muçulmano (explicado anteriormente) tem sido descrito em múltiplos artigos médicos que salientam os benefícios do consumo de produtos *halal*:

Hence, Halal food is considered safer for consumption. This is evident from the method employed to slaughter all lawful halal animals...the cut to the jugular vein increases the bleeding efficiency of the animal, and thereby prevents microbiological deterioration of the carcass. Research shows that conventional slaughtering techniques promote E-coli and other forms of microbial contamination. Since Halal food is free harmful substances and adulteration, it is considered healthy for physical and mental health. (ARIF, et al., 2020: 326)

No concelho de Odivelas, o número de estabelecimentos *halal* (talhos, mercearias e restaurantes) tem assistido a um crescimento significativo na última década. A tendência veio para ficar: uma causa direta do aumento da comunidade muçulmana que leva os estabelecimentos a competirem entre si, tornando os preços mais acessíveis para os seus consumidores.

No talho de Ivo existem “clientes mistos” – constituídos por casais onde um cônjuge é muçulmano e o outro não-muçulmano – que consomem alimentos *halal*. Quando questionado sobre este espectro, Ivo realçou a «religião» e a «praticidade de se ter um só tipo de alimentos em casa» como os principais motivos para a existência destes casos. A interculturalidade neste contexto encontra-se motivada pela comida: o cônjuge muçulmano argumenta em seu favor os benefícios de saúde e bem-estar de uma dieta *halal* (Ab. Manan, et al., 2014). No talho familiar de Diogo, onde grande parte da sua carne provem do mercado *halal* espanhol (Rahman, Hassan e Majid, 2022), um fenómeno semelhante sucede-se. Este vê-se confrontado com turistas portugueses que se deslocam ao seu talho para adquirirem produtos *halal*. Muitos convertem-se ao Islão quando saem de Portugal e agora mantêm uma dieta *halal*; os seus pais, que do país nunca saíram, não se tendo convertido, acabam por consumir de igual forma carne *halal*: quer por “pressão” dos filhos, quer pelos benefícios éticos e nutritivos.

A visibilidade proporcionada pelo projeto da CMO à dieta *halal* e à comunidade muçulmana criou um espaço de diálogo intercultural ideal entre esta e a comunidade local, permitindo às vozes da primeira mais alcance: fomentando relações interpessoais e a troca significativa de ideias, valores e crenças e aproximando socialmente as duas comunidades, mitigando as suas diferenças culturais e religiosas.

Conclusão

O projeto, nascido em Odivelas, deu visibilidade e reforçou a necessidade de se investir no mercado *Halal* em Portugal. Neste sentido já outros estudos nacionais se realizaram anteriormente sobre os domínios deste (novo) mercado tendo em atenção o seu espectro simbólico e consumista (Faruk 2016) e turístico (Almeida 2021).

A política pública *halal* de Odivelas tornou-se um exemplo a seguir de política social e educativa, tendo ido além da sua designação inicial. Criando um espaço aberto para futuras políticas educativas em Portugal, a alimentação *halal* torna-se o ponto de partida para o estabelecimento e fortalecimento das relações sociais e cooperativas entre a comunidade odivelense e muçulmana. A gratificação demonstrada pelos agentes envolvidos pelo sucesso do projeto é igualada pelo otimismo que este apresenta para o futuro. Um que prevê a sua implementação em outras áreas de atuação: jurídica (prisões), saúde (hospitais) e bem-estar (lares). A investigação antropológica da iniciativa camarária demonstrou como através da alimentação, a inclusão social e educativa possibilita a preparação das gerações mais novas a dar continuidade ao legado multicultural e religioso do concelho de Odivelas, delineando e construindo um caminho de aceitação cultural e religiosa. Nestes termos, acompanhar os alunos visados por este projeto inovador durante os próximos anos letivos demonstrar-se-á uma investigação social interessante, devido à compreensão que dela se tiraria acerca do desenvolvimento identitário (nacional e religioso) e da maturação de alunos muçulmanos em ambientes escolares portugueses mais inclusivos, onde a alimentação é projetada como um exercício de cidadania constante repleta de valores sociais, culturais e religiosos que estão em constante diálogo entre si.

Sendo os trabalhos e estudos sobre a alimentação *halal* em Portugal escassos, o presente artigo de carácter exploratório propôs-se, ousadamente, a inverter esse paradigma. Incentivando o público comum e académico a olhar para os produtos *halal* não como produtos exclusivos da comunidade muçulmana, mas como produtos simbólicos inclusivos, embebidos em valores culturais e morais próprios, mas que podem ser percecionados como estando num gigante palco social, onde, colocados à disposição de quem os consumir, qualquer agente nele envolvido é suscetível de, através de si, ser acolhido e integrado pela comunidade/sociedade em questão. Este ponto reflete a maior conquista da presente política pública de Odivelas.

Tendo tido como objetivo inicial a integração social e educativa das crianças muçulmanas, a iniciativa de Odivelas alterou profundamente o quadro social, religioso e relacional existente entre a comunidade muçulmana e a comunidade local. Desafiando e explorando a forma como as escolas representam e gerem a diversidade cultural e religiosa, a par da forma de como os seus participantes se identificam, a transformação da dieta *halal* numa “dieta de coesão social comunitária” possibilitou (e incentivou) o diálogo social, aproximando as duas comunidades, criando um espaço seguro de partilha cultural e religiosa para as crianças e ajudando a fomentar o quadro económico da restauração *halal* local, motivado pela curiosidade dos odivelenses.

Referências bibliográficas

AB. Manan, et al., 2014, Contemporary Issues and Development in the Global Halal Industry.

ADAMS, Richard N., 2010, “Social anthropology in INCAP”, *Food and Nutrition Bulletin*. 31 (1), The United Nations University.

ADEKUNLE, Bamidele e Glen FILSON, 2020, Understanding *halal* food market: Resolving asymmetric information. Suíça: Springer Nature Switzerland.

ALMEIDA, Paulo Jorge Carneiro, 2021, *Turismo halal – importante segmento de mercado para o destino Porto*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Turismo, Escola Superior de Hotelaria e Turismo (ESHT).

ANA, Maria Canesqui e Rosa Wanda Diez GARCIA, 2020, Antropologia e Nutrição: um diálogo possível.

ARIF, Billah et al., 2020, “Factors influencing Muslim and non-Muslim consumer’s consumption behavior: A case study on halal food”, *Journal of Foodservice Business Research*, 23 (4): 324-349.

AVILA, Carlos Frederico Dominguez, 2005, “Migração, Globalização e Relações Internacionais: Em busca de novas interpretações fundamentadas em evidências latino-americanas recentes.”

AZAM, Md Siddique, Moha Asri ADBULLAH, 2020, Global halal industry: realities and opportunities. *IJIBE (International Journal of Islamic Business Ethics)*, 5 (1): 47-59.

BROWN, Antoinette e William PARTRIDGE, 1987, “Agricultural Policy and Child Health in Rural Mexico. Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development.”, *Nutritional and Health Effects of Agricultural Policy* 16 (1): 103-122.

CALVO, Miguel, 1982, “Migration et alimentation. Anthropology of food”, “Londres e Beverly Hills: Sage”, 21 (3): 383-446.

CENSOS 2021. Home page:

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xlang=pt

CUJ, Miguel, Lisa GRABINSKY e Emily YATES-DOERR, 2020, “Cultures of Nutrition: Classification, Food Policy, and Health”, *Medical Anthropology: Cross-Cultural Studies in Health and Illness*. 40 (1): 79-97.

FARUK, Raissa Saná Hussen, 2016, Nova oportunidade de negócio para Portugal: Caracterização do mercado e produtos halal, análise do comportamento de consumidores e empresas portuguesas. Dissertação de Mestrado em Gestão Financeira, Lisboa, Instituto Superior de Gestão (ISG).

GARINE, Igor, 1979, *Anthropology of food*. Social Science Information. London and Beverly Hills: SAGE, 18 (6): 895-901.

HENRIQUES, J, 2021, em:

https://www.sapo.pt/?utm_source=bsu&utm_medium=web&utm_campaign=bsu_logo&utm_content=www.sapo.pt. A comunidade muçulmana em Portugal a caminho de uma reconfiguração: o que esta em causa?

HERDIANA, Yedi, Ferry SOFIAN, Shaharum SHAMSUDDIN, Taofik RUSDIANA, “Towards halal pharmaceutical: Exploring alternatives to animal-based ingredients”, *Heliyon*, (10): 1-19.

JIA, Xiong, Zhang CHAOZHU, 2021, “Turning impediment into attraction: A supplier perspective on Halal food in non-Islamic destinations”, *Journal of Destination Marketing & Management*, 19: 1-9.

KESHAVJEE, Faranaz, 2008, “O Islão.”, *Revista Portuguesa de História*, (40): 113-122.

MAPRIL, José, 2021, “Making a “Bangladeshi diaspora”: Migration, group formation and emplacement between Portugal and Bangladesh”, *Migration Letters*, (1): 13-24.

MAPRIL, José, 2005, “«Bangla masjid»: Islão e bengalidade entre os bangladeshianos em Lisboa”, *Análise Social*, (173): 851-873.

MENDES, Teresa Maria Ferreira, 2002, *O islamismo em Portugal hoje: práticas e educação das novas gerações*. Tese de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa. Universidade Aberta.

MENDES, Pinto, et al., 2023, “Muçulmanos em Odivelas. Dinâmicas e Comunidades(s)”. *Ehquidad. International Welfare Policies and Social Work Journal*, (19): 205-220.

MHOMED, Imran, 2008, *O Islão Político em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH).

MILLARD, A. V., et al., 2011, “Pilot of the Diabetes Education Empowerment Program in a high-obesity, low-income Hispanic community on the U.S.–Mexico Border”, *Journal of Immigrant and Minority Health*, 13(5): 906–913.

MINTZ, Sidney, 2001, “Comida e Antropologia: Uma breve revisão”, *RBCS*, 16 (47).

OLIVEIRA, Paulo, Daniela SILVA, 2011, “Integração da Imigração Paquistanesa em Portugal.”, *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)*, Porto.

PEWRESEARCH Center, 2015, Home page: <https://www.pewresearch.org>. The Future of World Religions: Population Growth Projections, 2010-2050.

RAHMAN, Nor Aida Abdul, Azizul HASSAN e Hajjah Zawiah Abdul MAJID, 2022, “Halal Logistics and Supply Chain Management: Recent Trends and Issues”, *Routledge Advances in Management and Business Studies*.

RIESZ, Leela, 2018, “Convivência: Uma solução para a tensão halal/carne de porco em Espanha”, *REA (Revista de Administração de Empresas)*, 58 (3): 222-232.

SANTOS, Hélia Regina Gaspar, 2008, *Jovens Muçulmanos, Identidades e Escola Pública: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Especialização: Pós-Colonialismos e Cidadania Global. Coimbra. Faculdade de Economia Universidade de Coimbra (FEUC)*.

SANTOS, Maria Emília, 2006, *Religião: elemento fundamental na identidade do grupo dos alunos do Colégio Islâmico de Palmela. Dissertação de Mestrado. Canada. Universidade Aberta*.

TEIXEIRA, Alfredo (Ed.), et al., 2018, “Identidades religiosas na Área Metropolitana de Lisboa”, *Fundação Francisco Manuel dos Santos*, Lisboa.

TIESLER, Nina, 2002, “Muçulmanos na Margem: A Nova Presença Islâmica em Portugal”, *CIES-RN (Artigos em revistas científicas nacionais com arbitragem científica)*, (34): 117- 144.

TIESLER, Nina, 2005, “Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português”, *Análise Social*, 39 (173): 827-849.

VAKIL, Abdool Karim, 2004, “Do Outro ao Diverso: Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades”, *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, (5/6): 283-312.

VILAÇA, H., 2013, “Novas paisagens religiosas em Portugal: do centro às margens”, *Didaskalia*, vol. 43 (1-2): 81-114.

WILKINS, Stephen et al., 2019, “The acceptance of *halal* food in non-Muslim countries: Effects of religious identity, national identification, consumer ethnocentrism and consumer cosmopolitanism”, *Journal of Islamic Marketing*, 10 (4).

WORLD Population Review, 2023, Home page: <https://worldpopulationreview.com>
Muslim Population by Country 2023.